



As Ciências Sociais e os Desafios da Globalização

Carlos Eduardo Martins

Aportes, Revista de la Facultad de Economía, BUAP, Año IX, Número 27, Septiembre-Diciembre de 2004

Las ciencias sociales ante los desafíos de la globalización

El concepto de globalización ha sido una de los conceptos más difundidos en la literatura científica contemporánea y popularizado en los medios de comunicación en general. Sin embargo, persisten grandes divergencias sobre su significado. En este artículo se identifican diversas escuelas de pensamiento que se organizan y se constituyen para interpretar el sentido de este fenómeno. Sin intención de agotar toda la diversidad posible, se revisan seis grandes enfoques de interpretación, los cuales en su interior no son monolíticos e incluyen tensiones de distinta importancia: Globalista, Hegemonía Compartida, Neodesarrollistas, Teoría de la Dependencia, Teoría del Sistema Mundo y Catastrofista.

La argumentación se ubica entre los enfoques de la Teoría de la Dependencia y del Sistema Mundial y se propone al final una interpretación propia de la globalización y un esquema analítico para poder interpretar la coyuntura mundial contemporánea.

Social sciences before the challenges of the globalization

The globalization concept has been one of the more spread concepts in the scientific contemporary Literature and popularized in mass media in general. Nevertheless, great divergences persist on its meaning. In this article are identified diverse schools of thought that are organized and constituted to interpret the sense of this phenomenon. Without intention to exhaust all the possible diversity, six great approaches are reviewed, which in their interior is not monolithic and includes tensions of different importance: "globalist", Shared hegemony, Neo-development Theory, Theory of the Dependency, the World System Theory and Catastrophist.

The argumentation is located between the approaches of the Theory of the Dependency and of the World-wide System and at the end sets out an own interpretation of the globalization and an analytical scheme to be able to interpret the contemporary world-wide conjuncture.

*A Névoa Global
e as Visões da Globalização*

Giovanni Arrighi e Beverly Silver afirmam em *Chaos and Governance in The Modern World System* (1999) que vivemos o período de uma névoa global. Essa névoa deriva das incertezas trazidas pelos processos de globalização que proliferam na economia mundial desde os anos 70 do século xx. Profundas modificações se desenvolvem no campo das forças produtivas, afetando a vida social no seu conjunto. O tempo histórico se acelera e causa impacto nas estruturas societárias vigentes e na geo-história dos povos. A economia, a política, a vida cotidiana e o pensamento são submetidos a grandes mudanças.

Mas o que vem a ser exatamente a globalização? Que impactos e modificações ela produz sobre as estruturas econômicas, políticas, sociais e ideológicas anteriores? Que novas direções despontam para o desenvolvimento da humanidade?

Tempos de transição são tempos de confusão e as respostas a essas questões variam amplamente. Podemos identificar, sem pretendermos ser exaustivos, cinco grandes interpretações da globalização. Cada enfoque interpretativo que apresentaremos em suas linhas mais gerais, compreende matizes e, por vezes, diferenças significativas entre seus principais autores.

A primeira interpretação é a que denominamos de globalista. Ela parte da suposição de que a globalização estabeleceu um

novo objeto para as ciências sociais: a sociedade global. O global se apresenta como uma novidade radical e uma nova era que subsume o nacional e o local. Na base dessa realidade estaria o novo paradigma tecnológico microeletrônico que, ao fundir as tecnologias eletrônicas e de comunicação, permitiria a integração financeira e produtiva em escala planetária. O resultado desse processo seria a constituição de novos atores dominantes na economia mundial: as empresas e as forças do mercado global que subjugariam os Estados nacionais mediante suas dimensões tecnológicas planetárias ou cósmicas e a velocidade do capital circulante. Criaria-se um regime de acumulação desterritorializado que afirmaria o predomínio da riqueza financeira sobre a produtiva, convertendo a era global em era do capital financeiro. As corporações multinacionais se transformariam em empresas globais/rede ou *tecnobergs* e atuariam em escala global, em conjunto com os fundos de investimento e de pensão e os grandes bancos, condicionando as políticas estatais a seus objetivos de rentabilidade. Os direitos trabalhistas e de proteção social se tornariam obsoletos.

Se há nos globalistas uma razoável coincidência quanto à descrição dos elementos mais gerais da era global, eles irão divergir amplamente sobre seus efeitos. Podemos subdividi-los em dois grupos: aqueles que verão nesse processo a tendência à sincronia, harmonia e integração, uma vez assimi-

lada a nova cultura da competitividade; e os que, inversamente, qualificarão, em maior ou menor grau, esse processo de polarizante e diacrônico e, no limite, de suscetível a revoluções socialistas mundiais. No primeiro caso, podemos incluir autores como Kenich Omae (1996) Robert Reich (1993) e Francis Fukuyama (1992) e, no segundo, autores como Octávio Ianni (1992, 1995, 1999-a e 1999-b), René Dreifuss (1996 e 1999), Toni Negri (2001), Michael Hardt (2001) e Jürgen Habermas (2001).

A segunda interpretação da globalização é formulada pelas teorias da hegemonia compartilhada. Aqui podemos inserir autores como Paul Hirst (1998), Grahame Thompson (1998), Anthony Giddens (1999), Joseph Nye (2000 e 2002) e Robert Keohane (2000). Essa visão questiona a tese dos globalistas de que as novas tecnologias dos anos 70 construíram uma sociedade global. Ela vê nas tecnologias microeletrônicas uma mudança de grau no processo de internacionalização e não uma ruptura qualitativa. Destaca a cumulatividade desse processo e seus importantes antecedentes como, por exemplo, o telégrafo, introduzido na segunda metade do século XIX, a partir dos cabos submarinos intercontinentais, que possibilitou o compartilhamento de informações em tempo próximo ao real, viabilizando tecnicamente um sistema comercial capaz de determinar diariamente os preços mundiais. Para esses autores, a globalização aumentou o grau de internacionalização da economia mundial. As empresas capitalistas, apesar de atuarem mundialmente permanecem internacionais, pois são organizações competitivas que buscam concentrar em suas bases nacionais de origem os ativos estratégicos que permitem sua pro-

jeção sobre a economia mundial. Os Estados-nacionais continuariam, portanto, sendo os atores fundamentais da realidade em que vivemos. Eles oferecem às empresas externalidades que constituem serviços indispensáveis à estruturação e potencialização da acumulação de capital. Entre esses serviços estão: a segurança, centralizada no poder público mediante os aparatos de coerção e de regulação jurídica; a absorção parcial dos custos de produção da infraestrutura de transportes e comunicações, da P&D ou da qualificação da força de trabalho; e a referência de identidade cultural que permite ao capital reduzir a mobilidade da força de trabalho e explorar em seu benefício os laços de solidariedade nacionais.

Mas a elevação do grau de internacionalização aumenta os fluxos de bens e capitais através das fronteiras dos Estados nacionais e pode levar a um descolamento da articulação entre Estado e capital provocando uma crise da governabilidade internacional com efeitos disruptivos para o conjunto das formações sociais. Ao Estado caberia reformular-se para articular-se de uma nova forma às dimensões locais e internacionais. Essa reformulação deveria levar a novos marcos de regulação fundados no desenvolvimento de regimes internacionais. Eles se baseariam em tratados e agências de regulação internacionais, na formação de blocos de integração regional e na cooperação inter-governamental. A reformulação do Estado deveria implicar ainda no aprofundamento da sua democratização e permeabilidade às demandas locais, em razão da maior capacidade de organização da sociedade civil proporcionada pelas tecnologias de informação. Na organização dos regimes internacionais teriam

papel destacado os Estados mais desenvolvidos. Eles teriam atuação decisiva na criação dos novos marcos regulatórios, mas não abririam mão de suas vantagens competitivas para a localização dos investimentos, mantendo suas hierarquias frente ao conjunto dos Estados periféricos e semiperiféricos.

A terceira interpretação que destacamos é a estabelecida pelos neodesenvolvimentistas. Nela podemos incluir autores socialistas como François Chesnais (1996, 1998-a e 1998-b) e Samir Amin (1997), ou partidários do capitalismo organizado como Maria da Conceição Tavares (1985 e 1998), José Luis Fiori (1998, 1999 e 2001), Celso Furtado (1999 e 2000) e Susan Strange (1997). Eles entendem a globalização como um fenômeno principalmente financeiro, fundado na integração mundial desses mercados. Embora destaquem a base tecnológica da integração financeira, indicam que nem de longe se pode mencionar a existência de um sistema produtivo mundial. Entretanto, da globalização financeira seria incorreto extrair conseqüências como o fim da soberania e da autonomia do Estado-nacional. Pelo contrário. Eles afirmam que na origem da globalização financeira está a ofensiva dos Estados Unidos para manterem e expandirem sua condição hegemônica. Ao serem ameaçados pela competição tecnológica de outros pólos mundiais, os Estados Unidos recorreriam à força de sua moeda e à força das armas para captarem a liquidez da economia mundial e financiarem seu próprio desenvolvimento mediante a criação de um regime de acumulação mundial financeirizado. Para isso impõem uma nova regulação: o neoliberalismo, que permite liberalizar a conta capital e os mercados dos

Estados nacionais. O resultado seria a projeção dos Estados Unidos de uma condição hegemônica para outra, quase imperial, sobre uma economia internacional que funciona mediante baixas taxas de crescimento.

Diante desse cenário, a preocupação dos neodesenvolvimentistas é a de restabelecer um regime de acumulação que priorize o investimento produtivo. Mas as respostas para isso irão variar amplamente. Um dilema paira sobre esse enfoque: quanto mais se põe ênfase na posição de poder dos Estados Unidos para determinar a financeirização, mais se restringe as alternativas para escapar dela. Susan Strange, por exemplo, mencionará o caráter decisivo da participação dos Estados Unidos na construção de um novo regime de acumulação. François Chesnais apostará na regionalização como uma alternativa de reconstrução ligada à formação de importantes blocos continentais. Samir Amin afirmará a necessidade da transição ao socialismo através de processos cumulativos de desconexão e reconexão à economia mundial. Maria da Conceição Tavares, José Luis Fiori e Celso Furtado se perguntarão sobre os caminhos de recuperação da soberania em países semiperiféricos, como o Brasil, e mencionarão a necessidade de se construir um capitalismo organizado capaz de gerar uma centralização financeira interna que impulse, através do setor bancário público e privado, o desenvolvimento da burguesia industrial local. Celso Furtado dará ainda grande ênfase à organização de um padrão de consumo que priorize o desenvolvimento tecnológico nacional e o mercado interno dos países semicontinentais de estrutura social heterogênea.

A quarta interpretação da globalização é

a desenvolvida pelos teóricos do sistema mundial. Podemos distinguir dois grandes grupos analíticos. Os que partem do conceito de moderno sistema mundial, como Immanuel Wallerstein (1979-a, 1979-b, 1984, 1996, 1998-a, 1998-b, 1998-c, 1999-a, 1999-b, 1999-c, 2000-a, 2000-b, 2001-a), Giovanni Arrighi (1996, 1997-a e 1997-b, 1999, 2000-a) e Beverly Silver (1999) para analisar a globalização. E os que questionam esse conceito, como Andre Gunder Frank (1990, 1996, 1998) e Barry Gills (1996), em favor da tese da existência de um único sistema mundial, tomando-o como a referência teórica para interpretá-la. Ambas as visões procuram enfatizar as continuidades da globalização, compreendendo-a como parte do movimento de expansão sistêmica. Mas profundas diferenças organizam seus enfoques.

O primeiro grupo se apóia na obra de Fernand Braudel e em seu conceito de tempo histórico dividido entre a longa duração, a conjuntura e o acontecimento, para definir instrumentos analíticos de grande fecundidade como são os de ciclos sistêmicos e de tendências seculares. Os ciclos sistêmicos estão ligados à ascensão e queda de Estados hegemônicos que organizam uma economia mundial desigual e polarizada em centros, semiperiferias e periferias. Nos períodos de ascensão e consolidação, o moderno sistema mundial se expande, mas durante a decadência prevalece a crise que exige a reestruturação. Enquanto as tendências seculares do moderno sistema mundial são capazes de absorver suas contradições, novos ciclos sistêmicos podem ser desencadeados, redirecionando os caminhos do desenvolvimento.

A globalização será vista como a etapa

final de uma longa continuidade. Ela será o período de máxima realização do moderno sistema mundial e simultaneamente de esgotamento de sua capacidade em conter suas tendências anti-sistêmicas. O resultado seria a sua crise derradeira e a transição da humanidade para outra forma sistêmica a ser estabelecida pelas lutas sociais. Essa transição traria uma única certeza: o fim do capitalismo histórico que dirige o moderno sistema mundial.

Andre Gunder Frank e Barry Gills postulam a existência de um único sistema mundial formado desde a revolução neolítica há 5.000 anos. Ele possui uma origem afro-eurasiana, constituindo-se na Ásia Central, mediante a confluência entre o Egito e a Mesopotâmia. Ele se articula através da rota da seda e alcança a China, a Índia e a Europa, através de rotas marítimas e terrestres. Posteriormente, se estende às Américas, ao continente africano e à Oceania. Esse sistema estaria dirigido desde os primórdios pela acumulação de capital e, até o século XVIII, teria o seu centro na Ásia. Somente a partir do século XIX, a Europa e o Ocidente empurrariam o Oriente a uma condição periférica, assumindo a condição central. Esse sistema passaria por processos cíclicos de larguíssimo prazo, envolvendo períodos de aproximadamente 400 a 500 anos. Para esses autores, as mudanças introduzidas pela globalização incidem em um sistema mundial já existente e devem ser entendidas dentro da sua dinâmica cíclica, significando sua recentragem na Ásia.

A quinta interpretação da globalização é a estabelecida pela teoria da dependência, em sua versão marxista, organizada por autores como Theotônio dos Santos (1978, 1983, 1987, 1990, 1992, 1995 e 2001) Ruy

Mauro Marini (1973, 1977, 1979-a, 1979-b, 1992 e 1996), Orlando Caputo (1973 e 2000-a, 2000-b e 2001-a) e Aña Esther Ceceña (1998-a, 1998-b, 1999, 2001-a, 2001-b). Ela dará grande ênfase à compreensão da globalização como o período de crise do modo de produção capitalista. A globalização significa um processo de revolução das forças produtivas e o período de máximo desenvolvimento da lei do valor no capitalismo. Essa interpretação se apóia nas reflexões de Marx em *O Capital* e nos *Grundrisse* e na obra de Radovan Richta para identificar na globalização um processo de revolução científico-técnica em escala planetária. A revolução científico-técnica subordinaria a técnica e a tecnologia à ciência, viabilizando a construção de processos produtivos mundialmente integrados. Ela substituiria a base produtiva criada pela revolução industrial, gerada pelas relações de produção capitalistas, e a ultrapassaria. Mas não poderia ser absorvida por essas formas econômicas, a não ser por um período de transição e sob profundas contradições. O resultado seria a mais ampla realização da lei do valor e a sua crise, impulsionada pela tendência decrescente da taxa de lucro e pelo esgotamento das forças capazes de limitá-la.

A globalização é vista, nesse enfoque, como um processo extremamente complexo. Ela não cria de *per se* uma nova sociedade global, nem é apenas uma longa continuidade, ou se restringe a dimensões específicas da vida social como as finanças. Ela é uma profunda revolução nas forças produtivas e, como tal, afeta a produção da vida humana em seu conjunto. Como força revolucionária, não pode ser absorvida integralmente pela acumulação de capital, mas cria um

período de transição, onde se perfilarão projetos distintos e antagônicos para dirigi-la. A globalização impulsiona inicialmente uma economia mundial imperialista que incorpora sob diferentes formas países dependentes e/ou semiperiféricos e socialistas. Mas estabelece limites crescentes para sua expansão. Esse enfoque destaca ainda a importância dos ciclos de Kondratiev para análise e prospectiva dos movimentos de expansão e crise da gestão capitalista da globalização.

Que balanço podemos fazer dessas distintas visões sobre a globalização, seus efeitos e resultados? Não pretendemos mapear ou seguir exaustivamente os enfoques sobre a globalização¹, mas sobretudo construir um referencial teórico-metodológico para interpretar suas transformações e dimensioná-las. O conjunto das interpretações se apresenta inicialmente como uma gigantesca *Babel*: sociedade global, sistemas

¹ Alguns autores não podem ser classificados claramente num desses cinco enfoques, pertencendo a mais de um deles. Fernando Henrique Cardoso (1998), por exemplo, apresenta uma visão sobre a globalização que pode ser situada entre o globalismo e a hegemonia compartilhada. Ele assinala que a hegemonia do capital financeiro condenou à impotência os Estados nacionais, mesmo os dos países centrais. Por isso considera superada a questão da dependência, uma vez que os diversos Estados-nacionais estariam submetidos ao capital globalizado. Mas aposta na construção de regimes internacionais liderados pelos Estados mais poderosos para disciplinar os movimentos internacionais de capital. Outros autores, como Robert Kurz (1992), poderiam ser incluídos numa sexta visão da globalização, catastrofista. Ele considera que, desde a década de 90, esgotaram-se os instrumentos do capitalismo para conter a tendência decrescente da taxa de lucro, embora seus trabalhos apresentem poucas referências empíricas sobre isso.

mundiais, sistema mundial, imperialismo estadunidense, hegemonia compartilhada, crise de hegemonia, fim da soberania nacional, centralidade asiática, regionalismo, desconexão, capitalismo organizado, socialismo, financeirização, produção mundial, ciclos, larga continuidade, ruptura, mudança de grau... Expressões que designam diferenças importantes na avaliação dos conteúdos da globalização, de seus efeitos ou das respostas a ela.

Mas a ampla diversidade de interpretações parece confirmar a sugestão de Arrighi e Silver de que estamos vivendo um período de crise e transição. Eles nos chamam a atenção para a imensa diversidade de enfoques sobre um mesmo fenômeno como um elemento da indicativo da própria realidade histórica em que vivemos. Vêem nisso um sinal de transição, onde a inflexão para o caos predomina num sistema ainda hegemônico, antes que as forças sociais emergentes consigam suficiente acumulação para superar a inflexão negativa por outra positiva. A crise dos paradigmas científicos é uma expressão ideológica da crise que alcança, como veremos, dimensões muito mais extensas. Num contexto desse tipo, a realidade histórica atinge uma altíssima velocidade e as acomodações entre as forças sociais estão prenhes de contradições e instabilidades. A realidade imediata torna-se fonte de ilusões e de enfoques parciais incapazes de captar o movimento social em seu conjunto.

Para a compreensão desse cenário é necessário tomar como um de seus instrumentos metodológicos a proposta braudeliana de articulação do tempo longo, com os tempos conjuntural e breve, ou seja, a articulação do tempo das estruturas, dos ciclos

e dos acontecimentos. Se olharmos dessa perspectiva, no plano estrutural, o quadro que se apresenta é o de uma profunda crise do capitalismo, que se globaliza através do neoliberalismo. Na crise das estruturas é de grande importância a dimensão cíclica, pois ela nos permite traçar sua dinâmica e suas tendências. Essas duas dimensões, estrutural e cíclica, condicionam as forças do tempo imediato, estabelecendo limites e possibilidades para a sua ação.

Entretanto, realizar a proposta de articulação braudeliana é um processo altamente complexo. Requer que ultrapassemos os próprios limites da obra de Braudel. Para contribuirmos a essa construção, consideraremos as sugestões de Immanuel Wallerstein para a reconstrução do pensamento científico formuladas principalmente em *Impensar* (1991), *Abrir as Ciências Sociais* (1996) e em seu artigo *Time and Duration* (1998). Ele aponta que nosso desafio está em superar o legado científico do liberalismo. Para isso devemos partir das principais forças teóricas que apresentam uma história e uma trajetória de confrontação a ele.

Premissas Teórico-Methodológicas para uma Análise Crítica da Globalização

Wallerstein afirma que a hegemonia britânica construiu as bases ideológicas mais profundas para a expansão do capitalismo histórico. Elas foram incorporadas em seus elementos fundamentais pelos pensadores estadunidenses quando da reconversão para a hegemonia dos Estados Unidos. Os britânicos estabeleceram entre 1850-1945 o pensamento universalista-particularista que se baseou em duas premissas: a primeira, que o conhecimento se move do particular ao

abstrato; e a segunda, que o conhecimento deve ser compartimentalizado em disciplinas particulares. Essas premissas tiveram implicações radicais para a organização e produção do conhecimento, entre as quais destacamos cinco:

- a) A separação do conhecimento entre as disciplinas monotéticas, (sociologia, economia e ciência política) dedicadas à formulação de leis gerais, e as idiográficas (história e antropologia), dedicadas às particularidades e ao indeterminado. As disciplinas monotéticas ignoraram o tempo como duração, propondo-se a uma teorização geral que parte do presente e das tendências dominantes da conjuntura como permanentes e estáticas. E as disciplinas idiográficas, dedicadas ao particular, circunscreviam-se ao acontecimento, rechaçando a teoria em favor da descrição;
- b) A segmentação do conhecimento entre as disciplinas monotéticas. Isso implicará a tentativa de estabelecer as leis puras da economia, da política e do social, entendidos como os domínios separados e combinados do mercado, Estado e sociedade civil. Essa organização do conhecimento desautorizou qualquer intervenção nas três áreas do saber que ultrapassasse sua separação e combinação;
- c) A compreensão do capitalismo como sistema baseado na livre-competição, universalista e largamente independente da força do Estado;
- d) A eleição das sociedades nacionais como a instância organizacional dos seres humanos, inscrita nos marcos jurídico-políticos delimitados pelo Estado; e
- e) A visão da história como um fenômeno progressivo em direção às leis puras estabelecidas pelas ciências monotéticas.

Não é difícil perceber o caráter apologético desse projeto científico positivista. Ele projetava o desenvolvimento capitalista como natural, suprimindo sua temporalidade e seus fundamentos políticos e sociais. O capitalismo surgia como uma força expansiva, oriunda da anarquia e da auto-regulação dos mercados, que se impunha à interferência indevida dos poderes políticos nacionais, mediante os quais os homens organizavam sua vida social. Esse projeto epistêmico foi conservado com algumas alterações pelo pensamento estadunidense que, diante dos processos de descolonização e da luta pelo desenvolvimento nas periferias, criou os estudos de área, que reuniram num mesmo objeto as ciências monotéticas e idiográficas. A confrontação a essa concepção de ciência veio, segundo Wallerstein, de três enfoques: das ciências do Estado, da escola dos *Annales* e do marxismo.

As ciências do Estado tiveram seu principal pólo de organização na Alemanha e se basearam principalmente na obra de Friedrich List, cujo trabalho fundamental é *Sistema Nacional de Economia Política* (1841). Elas surgem na segunda metade do século XIX. Suas maiores contribuições estão na crítica às pretensões dos liberais em criar uma economia internacional independente do Estado e da política, fundada no cosmopolitismo dos mercados e na paz, mas que, entretanto, não eliminava as guerras, os interesses nacionais e a polarização mundial. Elas irão mostrar a importância do Estado como instância de organização da vida econômica, social e cultural da huma-

nidade. Criticarão fortemente a economia liberal por sua compreensão limitada da origem da riqueza, centrada nas trocas e nos desdobramentos que proporcionavam por meio da separação, como a divisão do trabalho e as liberdades individuais. Em contraste, enfatizarão o trabalho coletivo, a união, o planejamento e a acumulação cultural, mobilizados pelo Estado, como fundamento de uma teoria das forças produtivas capaz de situar a riqueza sob bases realistas. Embora produza conceitos e percepções de grande riqueza e utilidade para a construção de uma economia política internacional, esse enfoque tem seu grande limite ao buscar no Estado o principal instrumento e fonte de contraposição ao liberalismo.

As ciências do Estado partilharão, com o liberalismo, o suposto de que a nacionalidade será o marco organizacional *por excelência* dos seres humanos, embora se diferencie no grau de autonomia que pretende conferir à organização política da nacionalidade e sua intervenção sobre a economia e os mercados. Elas não conseguirão realizar uma crítica de conjunto do sistema liberal por não perceberem o Estado como um dos instrumentos da “ordem cosmopolita” criada pelo capitalismo histórico. Em consequência, sua confrontação perde densidade e elas tendem a concordar com as utopias liberais de um mundo pacífico e baseado nos mercados, ainda que vejam no Estado um instrumento essencial para realizar esse percurso, para o que é fundamental a superação ou controle político das assimetrias que os mercados espontaneamente provocam. Na segunda década do século xx, as ciências do Estado desaparecem na Alemanha, cedendo lugar à organização anglo-saxônica do conhecimento.

A Escola dos *Annales* surgiu em torno da *Revue de synthèse historique* fundada por Henri Berr em 1900. Posteriormente, Lucien Febvre e Marc Bloch criam, em 1929, os *Annales d'histoire économique et social*. Mas o grande auge dos *Annales* será entre 1945 e 1968, durante a guerra fria, por oferecer uma cosmovisão que resistia tanto à hegemonia intelectual anglo-saxã quanto ao marxismo oficial da IIIª internacional. Essa cosmovisão ganhou projeção com a pretensão de a França ser uma terceira força entre os Estados Unidos e a União Soviética e com o desenvolvimento de uma cultura internacional do não-alinhamento, que teve na Conferência de Bandung, em 1955, um dos seus momentos mais importantes. Nesse período se destaca como protagônica a obra de Fernand Braudel. Em *História e ciências sociais* (1958) ele desenvolverá o conceito de *longa duração* que será chave na crítica aos fundamentos do pensamento liberal. Esse conceito irá combater a separação entre as ciências monotéticas e idiográficas e a segmentação disciplinar das primeiras entre a economia, a ciência política e a sociologia. A duração se diferencia do tempo cronológico e físico, de inspiração newtoniana, fundado, simultaneamente, na diacronia entre unidades atômicas, padronizadas e infinitamente pequenas, e na estática, baseada em dimensões infinitamente longas. A duração é o tempo das estruturas. Significa mudança, processo e, portanto, irreversibilidade. Ela representa a dialética entre os tempos múltiplos e contraditórios da vida social, que não podem existir isoladamente. Nessa dialética se apresentam em conjunto o tempo propriamente dito das estruturas, das conjunturas e do acontecimento. O tempo das estruturas significa o

lento desgaste da arquitetura que fundamenta a organização suficientemente fixa entre as realidades e as massas sociais. As estruturas representam os apoios, os obstáculos e os limites diante dos quais os homens não podem se emancipar, significando *prisões de longa duração* (Braudel, 1982, p. 14). O tempo das conjunturas representa o movimento das oscilações regulares e periódicas que atua sobre as estruturas e as modifica, sem afetar seus componentes profundos, renovando-as. O tempo dos acontecimentos é o tempo breve, da crônica, do dia a dia, imediato e anárquico que incide sobre as estruturas e suas oscilações cíclicas.

O conceito braudeliano de duração designa, portanto, um processo que para ser percebido exige um alto nível de abstração: um movimento de reflexão que parte do geral para o particular e, não o inverso, como o liberalismo positivista concebia, e que permite dar ao tempo imediato e ao acontecimento seus limites e possibilidades. Esse movimento de reflexão exige não apenas a integração dos tempos múltiplos da vida social, mas também a integração das diversas dimensões da realidade, confrontando-se com a segmentação do saber em tempos ou disciplinas. Ele traz diversas implicações que questionam os fundamentos do liberalismo.

A crítica à separação entre o econômico, o político, o social e o histórico se desdobra na reconceituação do capitalismo como uma forma econômica que não sobrevive sem uma vinculação privilegiada com o Estado. Longe de significarem realidades que se articulam externamente a partir de lógicas distintas, o econômico e o político constituem dimensões indissolúveis de um mesmo processo: a gênese e o desenvolvimento do

capitalismo. Por outro lado, a ênfase no global vai permitir identificar no capitalismo um sistema que surge e se desenvolve do mundial para o nacional. O conceito de economia-mundo estabelecido por Braudel, desde suas obras sobre o Mediterrâneo, será chave para as tentativas posteriores de teorizar o capitalismo como um sistema mundial.

Embora os *Annales* enfatizassem a necessidade de uma compreensão das estruturas, faltou a essa escola uma maior potência teórica em suas análises sobre elas. Braudel, por exemplo, em *O Tempo no Mundo* (1984) hesita em aceitar o desgaste do capitalismo². Wallerstein indica a crise e a decadência dos *Annales* e as situa a partir de 1968. Ele as explica pelo fato de que foram muito mais uma escola de análise da conjuntura, renovando os métodos em história³, que das estruturas, embora tenham estabelecido conceitos de tal fecundidade nesse campo, que se tornaram pontos de partida indispensáveis para análises posteriores.

Wallerstein vê no marxismo a ideologia por excelência das forças anti-sistêmicas da economia-mundo capitalista, tendente ao universalismo e a fundamentar a transição mundial do capitalismo para o socialismo. Ele chama a atenção para o fato de o marxismo se difundir com o crescimento

² “Com efeito, ou estou muito enganado ou então o capitalismo não poderá ruir por si, por uma deterioração que seja “endógena”; para esse desmoronamento seria necessário um choque externo de extrema violência e uma solução de substituição confiável.” (Braudel, 1996, p. 581)

³ De fundamental importância para a renovação do ofício do historiador foi o manejo das estatísticas econômicas de longa duração, impulsionado pelos *Annales*, que superaram amplamente os limites do trabalho documental e em arquivos.

das forças anti-sistêmicas, mas aponta para o risco de uma grande confusão intelectual que essa tendência universalista provoca, criando a possibilidade de uma desfiguração de sua estrutura teórico-metodológica de resistência e revolução. Ao tornar-se a linguagem central das tendências anti-sistêmicas que as classes dominadas impõem secularmente às burguesias, surgem respostas sistêmicas que visam desfigurá-lo, despojando-o de seus componentes revolucionários para produzir marxismos de direita e de centro. Essa dialética entre revolução e contenção no marxismo vem se afirmando desde meados do século XIX.

Para nós interessa aqui distinguir o marxismo enquanto teoria anti-sistêmica e revolucionária. Ele se afirma a partir das obras de Marx e Engels que traçam um enfoque metodológico para estabelecer a teoria da produção da existência humana, integrando as relações do homem com a natureza e as relações dos homens entre si. Como tal, constitui um marco teórico que parte do global para o particular e do abstrato para o concreto, num processo dialético permanente. O capitalismo é analisado como um conjunto de forças econômicas, tecnológicas, sociais, políticas e ideológicas que produzem a existência humana. Essas forças partem do domínio sobre o Estado e o mercado mundial para criarem, posteriormente, seu próprio modo de produção. Este converte o capitalismo em uma força planetária, estendendo o mercado mundial para todos os continentes do globo. O marxismo anti-sistêmico rompe, portanto, com os nacionalismos metodológicos do liberalismo⁴

⁴ A absorção do marxismo pelo liberalismo se manifestou, por exemplo, nas posições de direita e

e se fundamenta numa perspectiva global e internacionalista. Ele terá, entre as suas principais referências de interpretação da economia mundial capitalista, as análises de Karl Marx e Frederich Engels; as teorias do imperialismo de Bukharin, Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Grossmann; as teorias do ciclo de Nicolai Kondratiev; a teoria da revolução científico-técnica de Radovan Richta; e as teorias da dependência de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

Nos *Grundrisse*, Marx estabelece seu método de análise das formações sociais e da sociedade capitalista que servirá de fundamento para o desenvolvimento posterior do método e da teoria marxista. Segundo Marx, a análise das formações sociais deve elevar-se do abstrato ao concreto para reproduzi-lo como concreto espiritual. Ela parte da percepção do concreto como in-

centristas da IIª Internacional, que apoiaram de forma aberta (direita) ou mais sutil (centro) o colonialismo, as guerras imperialistas e a oposição entre reforma e revolução, e nas teses de socialismo em só país ou região, impulsionadas, a partir da IIIª Internacional, pelo estalinismo e seus desdobramentos. Essas visões partiam do nacionalismo metodológico para definir o desenvolvimento capitalista em bases nacionais. Tratava-se, então, de estendê-lo mediante o colonialismo aos países atrasados, (Henri van Kol) ou de romper com o internacionalismo proletário e defender as burguesias nacionais para impulsionar o capitalismo local e, conseqüentemente, as políticas de reformas (Bernstein) ou de revolução (Plekhanov). Trava-se também de postular teoricamente a etapa de um capitalismo endogenista, submetido ao planejamento e contido em seu impulso *competitivo-mundializante*, para permitir sua coexistência com um sistema mundial socialista paralelo (Stalin) ou com uma ordem mundial pacífica (Kautsky), ainda que seu parto possa vir a ser violento.

tuição e representação, isto é, de um certo nível de abstração do mesmo, para buscar suas categorias mais gerais e simples. Posteriormente, a análise deve integrar e subordinar as categorias mais abstratas e simples às dimensões mais concretas e complexas da formação social. Integração e subordinação do abstrato ao concreto e do simples ao complexo são os elementos-chaves do método marxista. Esse enfoque põe ênfase nos processos, o que permite postular e perceber tanto o desenvolvimento de uma totalidade como a sua ruptura.

Ao focar o capitalismo, Marx indicará como necessários, para a compreensão do desenvolvimento dessa formação histórico-social, os seguintes níveis de análise: *a)* as determinações abstratas que correspondem em maior ou em menor medida a todas as sociedades (população, produção, distribuição, troca e consumo); *b)* as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa (capital, trabalho assalariado propriedade da terra) e que são a base das três grandes classes sociais da sociedade burguesa: capitalistas, proletariado e proprietários de terra; *c)* a síntese da sociedade burguesa sob a forma de Estado, que introduz, entre outros elementos, os impostos, a dívida pública, o crédito público e a questão colonial; *d)* as relações internacionais de produção, que introduzem a questão da divisão internacional do trabalho; e *e)* o mercado mundial e as crises (Marx, 1987, p. 29-30).

Ao discorrer sobre a articulação desses níveis de análise, ele enfatiza que as categorias econômicas de uma sociedade não têm ordem de importância de acordo com sua sucessão histórica. Antes ao contrário, sua importância deriva da articulação que entre

elas se constitui no âmbito de uma sociedade concreta. No desenvolvimento do capitalismo, sua tendência à mundialização redefine e integra suas leis mais gerais e abstratas da acumulação. Se, por um lado, o capital, enquanto categoria mais complexa que a mercadoria, subordina e integra suas leis às da acumulação de capital, estabelecendo custos de produção abaixo do valor do produto ao transformar a força de trabalho em mercadoria, por outro lado, o desenvolvimento do Estado, das relações internacionais de produção e do mercado mundial incide sobre a acumulação de capital, modificando seu funcionamento, ainda que não construa uma nova totalidade histórico-social, como no primeiro caso.

As tentativas de desenvolver essas implicações antevistas por Marx, ganharam forma, num primeiro momento, com as teorias do imperialismo. Elas mostraram como o desenvolvimento do Estado, das relações internacionais de produção e do mercado mundial se tornavam necessários para a superação das crises nos países centrais e para o estabelecimento de uma nova etapa da acumulação de capital comandada pelo capital financeiro, entendido como interpenetração e fusão do capital bancário com o capital industrial. Esse capital drenava a poupança dos pequenos e médios empresários e dos assalariados e a dirigia para o desenvolvimento da grande indústria, impulsionando assim a formação dos monopólios. O aumento das escalas produtivas e da produção não era acompanhado pela expansão dos mercados nacionais dos grandes centros, em razão da maior lentidão da expansão da massa salarial. O resultado era a queda da taxa de lucro, a exportação de capital em busca de investi-

mentos mais rentáveis e da expansão de uma oferta internacional de matérias-primas, minerais e produtos alimentícios capaz de baratear os capitais constante e variável nos grandes centros. Esse processo de internacionalização representou a anexação e a repartição do mundo entre as grandes potências. Mas as análises das teorias do imperialismo focavam, sobretudo, os países centrais e se prendiam demais à forma política dominante em que se apresentava a competição inter-capitalista durante os períodos de crise da hegemonia britânica: o colonialismo. Como tal, tinham dificuldades para pensar o funcionamento das relações internacionais de produção e do mercado mundial como instâncias que condicionavam o Estado e eram capazes de se libertar das formas políticas neocoloniais

As teorias da dependência vão destacar a divisão do trabalho e as relações de produção internacionais como os eixos de um sistema de dominação mundial capitalista que une os interesses das classes dominantes dos países centrais e dos países dependentes. Elas vão ultrapassar as teorias do imperialismo ao distinguirem e teorizarem a situação de compromisso que articula essas classes e o seu dinamismo. Nesse sentido, vão se aproximar da construção de uma teoria do sistema mundial e constituir um importante antecedente a esta visão. A postulação do dinamismo nas relações de produção internacionais permite às teorias da dependência perceberem as mudanças de centros cíclicos na economia mundial e criticarem o enfoque que atribuía ao imperialismo um papel predominantemente coercitivo no plano econômico e político, negando aos países dependentes o desenvolvimento e a autodeterminação. Embora não dis-

pensasse os instrumentos coercitivos e provocasse grandes distorções na economia dependente, o imperialismo não impedia que os países dependentes se desenvolvessem a partir de determinantes internos que se articulavam à economia mundial.

As teorias da dependência vão ainda renovar fortemente o debate sobre as leis de acumulação capitalista ao introduzirem o conceito de superexploração do trabalho. A superexploração será o resultado da incidência das leis da concorrência, impulsionadas pelas relações de produção internacionais e pelo mercado mundial, sobre a taxa de lucro dos países dependentes e a condição para o estabelecimento da situação de compromisso que permite o funcionamento da economia mundial capitalista. Entretanto, ainda que constituam um importante antecedente às teorias do sistema mundial, essas teorias enfocarão sobretudo a dependência, não tomando como objeto central a economia-mundo, o que limitará sua potencialidade de interpretação.

As teorias da crise constituem outra importante contribuição do pensamento marxista para desafiar a visão liberal dominante. Elas se dividem em dois tipos: as teorias cíclicas e as teorias do desmoronamento. As teorias cíclicas encontram em Nicolai Kondratiev sua melhor expressão: Ele se propõe a analisar a economia capitalista através de períodos de 48 a 60 anos, divididos em *fases A* e *B*, de expansão e recessão, com amplas conseqüências sociais, políticas e ideológicas. Esses ciclos seriam compatíveis com outros de menor dimensão, como os ciclos médios de 7 a 11 anos, descobertos por Marx, Juglar e Rodberus, e os ciclos curtos de 3 a 3,5 anos, descobertos por Kitchin, que seriam condi-

cionados ao seu desenvolvimento, assumindo sua tonalidade, expansiva ou recessiva, como dominante na relação entre as fases A e B.

As teorias do desmoronamento partem das considerações desenvolvidas por Marx nos *Grundrisse* e em *O Capital* que situam a tendência decrescente da taxa de lucro como a lei mais importante da economia política. Esse enfoque de Marx ganha impulso com a obra de Grossmann e com a teoria da revolução científica-técnica de Richta. Grossmann desenvolve a análise das contra-tendências à queda da taxa de lucro, indicadas por Marx, dando ênfase ao papel do comércio exterior, do imperialismo e da inovação tecnológica. Richta, por outro lado, desenvolve a postulação, presente de forma mais ou menos explícita na obra de Marx, de que as relações de produção capitalistas encontram sua base adequada de forças produtivas na revolução industrial, não podendo incorporar plenamente uma etapa posterior de sua configuração fundada no trabalho científico e na redução da jornada de trabalho e no tempo livre.

Marxismo, escola dos *Annales* e ciências do Estado são as principais fontes de crítica do paradigma científico liberal, cuja superação é fundamental para dissipar a névoa global. Mas a dissipação da névoa global requer não apenas a crítica e superação dos fundamentos metodológicos do liberalismo, mas a construção de uma teoria desse período de crise e transição, que vimos designando de globalização, capaz de orientar as práticas anti-sistêmicas. Como esses distintos enfoques críticos podem ser combinados para o estabelecimento de uma teoria anti-sistêmica da globalização?

Para uma Teoria Anti-Sistêmica da Globalização

Immanuel Wallerstein propõe integrar a contribuição daquelas visões críticas ao liberalismo a partir de seu conceito de moderno sistema mundial. Ele busca com esse conceito a construção de um marco estrutural para a análise do que chama de capitalismo histórico. Wallerstein procura superar os limites do conceito de modo de produção para reconstituir a trajetória histórica do capitalismo como forma econômica dominante. Essa percepção encontra apoio nas próprias obras de Marx e Engels, que nunca quiseram fazer do modo de produção um conceito onipresente, particularmente, nas fases de criação de um novo modo de produção, quando as forças políticas e sociais jogam um papel preponderante em relação à base material⁵.

A constituição do capitalismo como força dominante, vocacionada à mundialização, precederia, portanto, o surgimento de seu modo de produção específico. Para sua conversão em força dominante seria necessária a emergência do moderno sistema mundial. Ele se caracteriza pela confor-

⁵ Marx e Engels afirmam que o surgimento do modo de produção capitalista supõe um amplo período de acumulação primitiva em que a ação dos capitais comercial e financeiro, e sua articulação com o Estado, são fundamentais para gerar as condições necessárias para transformar a força de trabalho e a terra em mercadorias e concentrar recursos para o investimento industrial. Por outro lado, para esses autores o modo de produção comunista supõe uma primeira fase da sociedade comunista, anterior a ele, fundada no trabalho assalariado e na ditadura do proletariado, como forma de transição. Veja-se, principalmente, *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Marx e Engels, e *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), de Marx.

mação de um sistema inter-estatal articulado por uma economia-mundo que o atravessa mediante fluxos de capitais e mercadorias. Cria-se uma assimetria espacial entre a política e a economia que configura uma assimetria de poder entre essas duas instâncias. A política se torna geograficamente delimitada, pela circunscrição do exercício da soberania a um território e a uma população determinados. A economia, inversamente, pela sua capacidade de mover-se mundialmente, mediante a competição entre diversos atores privados por lucros, pode condicionar as políticas estatais submetendo-as a seus objetivos. A criação dessa superestrutura, *ou andar superior* na terminologia de Braudel, garante a articulação privilegiada do capital com o Estado, que o utiliza para garantir sua reprodução e expansão.

O moderno sistema mundial se estabelecerá a partir do século XVI e viria, desde então, se estendendo —até incorporar, no século XIX, todo o planeta— e desenvolvendo suas principais características: a economia-mundo, o Estado-nacional, o Estado hegemônico e os ciclos sistêmicos. O Estado hegemônico teria um papel estratégico na articulação do sistema. Caberia a ele impulsionar um consenso mundial sobre certas bases jurídicas e políticas, capaz de estabelecer o padrão monetário, as regras de contrato, os limites do mercado internacional e as fronteiras entre a paz e a guerra. Sua atuação, baseada em parte na coerção e em parte no consenso —ambas fundadas em sua maior competitividade comercial, produtiva e financeira— permitiria controlar a anarquia entre os Estados, fazendo prevalecer a integração sistêmica. Entretanto, essa sua capacidade de conter a anar-

quia, oriunda da disputa entre os Estados, seria limitada. Essa seria uma exigência sistêmica, uma vez que a preservação, sem limites, da hegemonia por um Estado poderia dar lugar à construção de impérios-mundo, fazendo desaparecer a autonomia dos Estados-nações. Os ciclos sistêmicos compreenderiam períodos de expansão (*fase A*) e crise (*fase B*) de Estados hegemônicos. A crise normalmente seria sucedida por um período de caos sistêmico, marcado por guerras mundiais de cerca de 30 anos. Enquanto o sistema mostrasse vitalidade e afirmasse suas tendências seculares, o caos seria superado por um novo Estado hegemônico que iniciaria outra etapa cíclica.

Não podemos nos deter em detalhe no conceito de moderno sistema mundial. Aqui nos interessa sua utilidade para uma teoria anti-sistêmica da globalização, para o que ele possui grande relevância. O moderno sistema mundial deve ser entendido como o marco político superestrutural que permite o desenvolvimento do modo de produção capitalista⁶. Nesse sentido, ele é uma referência histórica mais ampla para situar o desenvolvimento do capitalismo. O conceito de moderno sistema mundial não deve dissolver o de modo de produção capitalista, mas se articular a ele. Deve ser pensado concretamente como parte indispensável de seu desenvolvimento. O moderno sistema mundial o antecede, mas, por outro lado, tem suas possibilidades de reprodução condicionadas pelas contradições materiais do

⁶ “The political superstructure of the capitalist world-economy is an interstate system within which and through which political structures called “sovereign states” are legitimized and constrained” (Wallerstein, 2000-b, p.14)

modo de produção. Entretanto, esse enfoque da relação entre essas instâncias analíticas, implica o repensar daquele estabelecido por Wallerstein.

Para Wallerstein, o moderno sistema mundial deve ser pensado como o marco de referência para o desenvolvimento do capitalismo histórico, seu foco de análise. Segundo o autor, o conceito de capitalismo histórico é indutivo e enfatiza as indagações empíricas ao invés das teóricas:

O capitalismo é, em primeiro lugar, e primordialmente, um sistema histórico. Para entender suas origens, formação e perspectivas atuais, precisamos examinar sua configuração real. Podemos tentar captá-la, usá-las para avaliar e classificar a realidade. Por isso tentarei descrever o que o capitalismo tem sido na prática, como tem funcionado como sistema, por que se desenvolveu das maneiras que se desenvolveu e qual é seu rumo atual [...] O capitalismo histórico é o *locus* concreto —integrado e delimitado no tempo e no espaço— de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital. Esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou prevalecido nela (Wallerstein, 2001-a, p. 1-18).

O resultado desse enfoque é a dissolução do conceito de modo de produção capitalista na realidade empírica do capitalismo histórico, impedindo que este seja contemplado como uma configuração concreta que se expande à medida que desenvolve as leis mais abstratas do modo de produção capitalista. Se é correto afirmar que o capitalismo histórico se antecipa a esse, nos parece equivocado eliminar a dimensão mais abstrata do modo de produção, como condicio-

nante de seu desenvolvimento e expansão empírica.

Esse descuido por parte de Wallerstein o leva a definir o modo de produção capitalista por critérios exclusivamente empíricos, entendendo-o como a produção que maximiza o lucro e é dirigida ao mercado, baseada nas mais diversas formas de trabalho que viabilizem essa iniciativa:

If capitalism is a mode of production, production for profit in a market, then we ought, I should have thought, to look to whether or not such production was or not occurring (...) This resolves the problem incurred by using the pervasiveness of wage labor as a defining characteristic of capitalism. An individual is no less a capitalist exploiting labor wages (including wages in kind) because the States assists him to pay his labors and denies these laborers the right to change employment. Slavery and so-called “second serfdom” are not to be regarded as anomalies in a capitalist system (Wallerstein, 1979-a, p.p. 16-17).

Wallerstein segue, em verdade, os caminhos de Braudel⁷. A busca de uma síntese entre as várias formas históricas de acumulação capitalista levará à ausência em sua obra de uma teoria da mais-valia e à negação de qualquer vinculação estrutural do capitalismo a uma base determinada de forças produtivas. Ele definirá o capitalis-

⁷ Em *O Jogo das Trocas* (1979), 2º volume de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Braudel afirma a presença do capitalismo nas fazendas de cana-de-açúcar do Brasil colonial, vistas por ele como criações capitalistas por excelência, ainda que proporcionassem baixas taxas de lucro e se baseassem no trabalho escravo.

mo como a zona do anti-mercado e dos monopólios, onde a acumulação depende do controle da oferta de determinados produtos para elevar os preços e da articulação com o Estado. A análise da acumulação de capital se distancia aqui da teoria do valor. Essa percepção marca fortemente não só o pensamento de Wallerstein, mas do grupo do sistema mundial de extração braudeliana, estando presente na obra de autores como Giovanni Arrighi e Beverly Silver.

Embora o conceito de capitalismo histórico seja importante para assinalar as forças concretas que atuam para impulsionar o desenvolvimento capitalista, é necessário articulá-lo com o de modo de produção. Marx nunca postulou que o desenvolvimento de uma sociedade concreta pudesse realizar as leis gerais de seu modo de produção em toda sua pureza, uma vez que este expressa as tendências mais fundamentais da mesma. Entretanto, o conceito de modo de produção traz uma importante dimensão para a análise histórica e para uma teoria da longa duração. Ela se refere à abordagem das relações entre homem e natureza como condição para a existência humana e do trabalho como produtor dessa existência.

Em *A Ideologia Alemã* (1846), Marx e Engels estabelecem as premissas metodológicas do conceito de modo de produção e os seus elementos básicos, que seriam refinados mais tarde⁸. Segundo esses autores, os homens fazem a história, mas em condições materiais de escassez, alheias à sua vontade,

que demandam uma larguíssima acumulação civilizacional para serem superadas e humanizadas. Essa situação de escassez está determinada pela necessidade de os homens trabalharem para sobreviver. Mas ao fazerem isso, mais que sobreviver, eles produzem sua própria existência. Iniciam um processo de humanização da natureza que apenas se realiza plenamente quando os homens dirigem o seu trabalho para atender às determinações de sua própria subjetividade, independentemente das necessidades determinadas pela natureza. Isso ocorre quando eles desenvolvem um nível de elaboração das forças produtivas que garante de forma sistemática sua sobrevivência, independente do trabalho.

A satisfação, mediante o trabalho, das necessidades básicas diferencia os homens dos animais e gera padrões específicos de pensamento, sentimentos e sensibilidades. A produção dos instrumentos de satisfação amplia o domínio humano sobre a natureza e conduz a novas necessidades que também são impulsionadas pela extensão da procriação. Mas, como Marx e Engels mencionam, essa produção de novas necessidades ainda se conjuga com a busca da sobrevivência.

Não se deve considerar estes três aspectos da atividade social — garantia da sobrevivência, satisfação de novas necessidades e procriação (C.E.R.M.) — como três fases diferentes, mas simplesmente como três aspectos, ou para escrever de maneira clara aos alemães, como três “momentos” que coexistem desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história. (Marx e Engels, 1986, p.42).

Forças produtivas, relações de produção

⁸ O conceito de relações de produção, por exemplo, não está plenamente desenvolvido na *Ideologia Alemã*, sendo expressado pelos termos modo, relações ou condições de intercâmbio (Marx e Engels, 1986 p.28).

e superestrutura ideológica constituem um conjunto articulado que fundamentam o modo de produção e produzem as formas de vida dos homens. Podemos distinguir, no pensamento de Marx e Engels, três padrões gerais histórico-estruturais de relações entre o homem e a natureza. O primeiro, referente ao comunismo primitivo, em que os homens estão basicamente dedicados à reprodução da sua existência física, onde as forças produtivas e as relações de produção são incipientes. O segundo, referente aos modos de produção classistas, onde a expansão da produção dos meios de vida e o aumento populacional criam novas necessidades que organizam a sociedade para a geração do excedente. O terceiro, ainda imaginário e utópico, mas cujas condições já se configuram parcialmente, em que a escassez seria abolida pela automação do trabalho e criação de relações de produção comunistas.

Durante o segundo padrão geral de relações entre o homem e a natureza, as forças produtivas exercem um papel condicionante sobre o conjunto do desenvolvimento social. Elas são impulsionadas pelas relações de produção que são um de seus componentes e dirigem a organização social de um determinado modo de produção. Radovan Richta, ao analisar o pensamento de Marx e Engels, destaca que o conceito de forças produtivas se refere ao amplo conjunto de forças que produzem a vida humana (Richta, 1971, p.6). Elas não incluem apenas os meios de produção e objetos de trabalho, mas também a população, a força de trabalho, as relações de trabalho e a superestrutura (sistemas de idéias, valores, sentimentos e formas de organização sociais). Para se observar a composição real

das forças produtivas em cada estrutura ou conjuntura histórica, isto é, como cada um dos elementos indicados compõe parte de sua atividade, deve-se verificar a participação deles como insumo no processo produtivo.

No segundo padrão de relações entre o homem e a natureza os meios de produção predominam como força produtiva. Mas ao atingir um determinado grau de desenvolvimento, os meios de produção entram em contradição com a forma de trabalho chave da organização social. A continuidade de seu desenvolvimento tende a dissolvê-la⁹. Sobrevêm então um período de crise revolucionária, provocado pelo fato de as relações de propriedade assumirem o papel determinante no âmbito das relações de produção para impedir o ajuste das relações de trabalho e a dissolução do modo de produção dominante. Este tema foi tratado de forma concentrada por Marx nos *Grundrisse* (1857-58) e na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), em particular em seu Prefácio.

Nesse padrão histórico-estrutural, as superestruturas tenderam a desempenhar um papel marginal como força produtiva. Isso ocorreu porque durante um longo período os sistemas de pensamento não alcançaram um suficiente desenvolvimento para ingressarem sistematicamente no processo produtivo. Mas essa não foi a única

⁹ Esse foi o caso do trabalho servil no campo da Europa Ocidental, ameaçadas pelo avanço nas técnicas de cultivo da terra, entre as quais se destaca o sistema e rotação do plantio (Anderson, 1974) e (Wallerstein, 1979-b), e é o caso do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo, ameaçado pelo avanço da automação (Richta, 1971) e (Dos Santos, 1983, 1984 e 1987).

razão. O desenvolvimento das classes sociais marginalizou das decisões econômicas o pensamento, os valores, os sentimentos e as sensibilidades das classes trabalhadoras e demais segmentos populares. Essa restrição da subjetividade dos trabalhadores chegou ao auge com a Revolução Industrial e o fordismo.

Entretanto, a mundialização da revolução científico-técnica vem impulsionando uma alteração na configuração das forças produtivas. Ela se estabelece a partir dos anos 70 do século xx, com a emergência do paradigma microeletrônico, centrado na convergência entre as tecnologias eletrônicas e de comunicação. A revolução científico-técnica impulsiona fortemente o papel das superestruturas como força produtiva. Ela se exerce através da ciência e do avanço da democratização política e social que enfatizam a projeção dos sistemas de pensamento e os valores, sentimentos e sensibilidades das camadas populares na organização da atividade produtiva e social. A automação, a integração, a flexibilidade e o controle à distância reconfiguram os sistemas produtivos. O trabalho assalariado é ameaçado, pois as novas tecnologias tendem a eliminar o trabalho manual, especializado e intensivo, exigindo sua substituição por trabalho subjetivo, qualificado, fundado em competências genéricas e que, embora sendo intensivo, subordina o ritmo a metas de qualidade. O investimento na geração massiva desse novo paradigma de força de trabalho implica uma elevação crescente de seu valor e a redução da taxa de mais-valia, ameaçando a reprodução do modo de produção capitalista.

As forças produtivas se chocam então com as relações de produção, através das

relações de propriedade e seus instrumentos jurídico-políticos, que buscam impedir a transição para uma nova configuração das forças produtivas, em que a superestrutura seja dominante, rompendo com a situação estrutural de precedência da matéria sobre o pensamento e vontade humanos, que caracteriza até hoje a organização societária.

De toda essa explanação sobre as teorias do modo de produção importa reter o seguinte:

- a) Uma teoria da longa duração deve incorporar os padrões gerais de relações entre homem e natureza presentes nas obras de Marx e Engels. Isso implica considerar que as estruturas vigentes se desgastam, não apenas pelo desenvolvimento de suas leis internas, como sugere o enfoque braudeliano. Mas deve-se entender que esse desenvolvimento implica a incorporação crescente de componentes que negam a sua lógica própria. A expansão das forças produtivas traz elementos de uma nova base material que para serem incorporados plenamente requerem a dissolução das relações de produção vigentes e de seus padrões fundamentais de relações de trabalho, distribuição, troca, consumo, propriedade e poder político. É essa busca por incorporar novas etapas de forças produtivas, com a preservação dos padrões fundamentais das relações de produção, que leva à crise do modo de produção;
- b) A globalização não é a longa continuidade de um processo que se desenvolve desde o século xvi. Ela significa uma ruptura radical na configuração das forças produtivas que se difunde

de forma contraditória no capitalismo histórico através de um conflito estrutural com as relações de produção. A globalização impulsiona a lei do valor ao seu limite e sinaliza para uma crise da produção de mais-valia, vinculada à dissolução do trabalho assalariado, que prenuncia a derrubada do modo de produção capitalista; e

- c) Uma teoria anti-sistêmica da globalização deve relacionar a capacidade de descrever as contradições fundamentais da lei do valor do capitalismo histórico, proporcionada pelo instrumental desenvolvido pela teoria marxista, com a visão integrada da superestrutura política da economia mundial e suas crises, proporcionada pelo enfoque da teoria do sistema mundial estabelecido desde o Fernand Braudel Center por Immanuel Wallerstein, Terence Hopkins, Giovanni Arrighi e outros¹⁰.

Na crise da superestrutura política da economia mundial deve ser inserida a ques-

¹⁰ No âmbito do marxismo, quem mais desenvolveu a análise do funcionamento em escala internacional da lei do valor foram as teorias da dependência. Mas faltou a elas uma integração maior, em suas análises, dos ciclos sistêmicos. Foi Theotônio dos Santos quem mais aproximou as teorias da dependência às teorias do sistema mundial, sendo mesmo um dos seus precursores. Já em 1971, em *La Crisis Norte Americana y America Latina*, ele antecipa o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Mas em suas análises de conjuntura, em particular as referentes à retomada do período de crescimento longo em meados dos 90, não integra de maneira suficiente a crise sistêmica aos ciclos de Kondratiev. Outros teóricos da dependência, como Aña Esther Ceceña e Orlando Caputo, são céticos em relação aos ciclos sistêmicos.

ção do Estado. Aqui devemos distinguir o papel do Estado em países centrais, semiperiféricos e periféricos na crise do moderno sistema mundial. As teorias do sistema mundial, principalmente na versão de Wallerstein, tenderam a minimizar a ação anti-sistêmica dos Estados nacionais. Isso se deveu em parte ao olhar superestrutural desse enfoque. A ênfase na tese de que a superação do capitalismo histórico exigia a construção de marcos jurídico-políticos de gestão globais, levou à crítica justificada das ilusões do desenvolvimento socialista num só país. Mas essa crítica muitas vezes minimizou as possibilidades de acumulação do movimento socialista através da conquista do poder político em Estados nacionais¹¹.

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), ao mesmo tempo que chamam à unidade internacional do proletariado, apelam para a conquista do Estado nacional como um passo necessário e que se

¹¹ Em artigo publicado em 1974 na *African Studies Review*, *Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformations within the Capitalist World-Economy*, Wallerstein atribuiu aos Estados socialistas o conceito de capitalista coletivo, por não romperem com os marcos competitivos do moderno sistema mundial, ainda que criassem regimes jurídicos fundados na propriedade pública. Em *The Capitalist World-Economy* (1979), coletânea de artigos publicados entre 1974 e 1977, o autor republica esse artigo e faz uma autocrítica dessa perspectiva:

“I now believe that the formulations in this essays are incomplete and can lead to some confusion. In particular, I do not clarify the distinctions between semiperipheral states that have socialist governments and those that do not. In a subsequent essay (ch. 5 below), I do discuss this question quite specifically.” (Wallerstein 1979-a, p. 92)

conjuga com o movimento mais amplo de imposição internacional do socialismo. Isso é assim porque a sociedade capitalista, por mais que se aproxime de formas monopólicas, é fundada na produção generalizada de mercadorias, e sua superação deve partir da fragmentação econômica, social, política e ideológica que isso supõe.

Sem dúvida alguma, a desconexão entre as ondas revolucionárias em regiões e a superação mundial do capitalismo foram um limite para a articulação entre o nacional e o mundial. Mas hoje, quando o capitalismo histórico demonstra um baixo dinamismo que está vinculado à sua crise estrutural, a conquista do poder político pelos movimentos socialistas em seus Estados nacionais, principalmente nas regiões semi-periféricas e periféricas, tem um grande papel a exercer na transição do moderno sistema mundial para outro verdadeiramente global.

Para analisarmos o período de crise e transição, que ingressamos desde fins dos anos 60, propomos a integração dos seguintes níveis de análise:

a) A crise da tendência decrescente da taxa de lucro, que indica um esgotamento da capacidade de apropriação de forças produtivas do modo de produção capitalista e que está vinculada

ao desenvolvimento e generalização da revolução científico-técnica e do novo paradigma tecnológico. Ela se manifesta não apenas como uma crise mundial de produção de mais-valia, mas também de apropriação de mais-valia;

b) Os ciclos sistêmicos de acumulação, sistematizados pelas teorias do sistema mundial de inspiração braudeliana. Elas assinalam que nas últimas décadas do século XX, a humanidade ingressou num período de crise de hegemonia que dirige o moderno sistema mundial para um caos que dificilmente conseguirá atravessar;

c) Os ciclos de Kondratiev, estabelecidos a partir da obra de Nicolai Kondratiev e que são uma das chaves para a compreensão das conjunturas. Esses ciclos se articulam em torno de inovações tecnológicas, reestruturações organizacionais e seus impactos na taxa de lucro.

A articulação desses três níveis de análise nos permitirá traçar o cenário da crise do moderno sistema mundial que se desenvolverá nas próximas décadas, bem como as alternativas que se colocam diante dela para o mundo e os países dependentes. Mas isto é tema para um próximo trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry (1985) *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense.
- Amin, Samir.(1997) *Los desafíos de la mundialización*. México D.F. Siglo XXI.
- Arrighi, G.(1996) *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- (1997-a). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- (1997-b) “Globalization, state sovereignty, and the ‘endless’ accumulation of capital”. *Fernand Braudel Center*-Binghamton University, Disponível em <<http://fbc.binghamton.edu/commentr.htm>>.
- (2000-a) “Globalization and historical

- macrosociology". In Abu-Lughod, Janet (Ed.). *Sociology for the twenty-first century: continuities and cutting edges*. Chicago: Chicago University Press. p. 117-133.
- (2000-b). "Lineages of empire". *Historical Materialism*, Harvard University Press. Cambridge.
- Arrighi, G.; Silver, B (1999) *Chaos, governance and modern world system*. Minnesota Press.
- Braudel, Fernand (1987) *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- (1995). *Civilização material, economia e capitalismo: as estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1996-a). *Civilização material, economia e capitalismo: o jogo das trocas*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1996-b). *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes.
- Braudel et al. (1989) *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bujarin, Nicolai I. (1979) *La economía mundial y el imperialismo*. México, Pasado y Presente.
- Calwer, Richard et al (1978) *La segunda internacional y el problema nacional y colonial*. Segunda parte. México D.F., Siglo XXI.
- Caputo, Orlando (2000-a) *La crisis actual de la economía chilena en los marcos de la globalización de la economía mundial*. Disponível em www.redem.buap.mx
- (2000-b). "La globalización de la economía mundial desde la crisis asiática". *Aportes*-Revista de la Facultad de Economía de la BUAP. Puebla, año 5, n. 13, p. 31-53, abr.
- (2001-a). "Las crisis del capitalismo global". In Caputo, O.; Estay, J.; Villa, J. *Capital sin fronteras: polarización, crisis y Estado-nación en el capitalismo global*. Barcelona, Icaria.
- Caputo O.; Pizarro, R (1973) *Dependencia y relaciones internacionales*. Costa Rica, Educa.
- Cardoso, Fernando Henrique (1998) *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Ceceña, Aña. E. (1998-a) "Superioridad tecnológica, competencia y hegemonía". In Ceceña, Ana Esther (Coord.). *Tecnología como instrumento de poder*. México D.F., El Caballito, p. 17-22.
- (1998-b) "Proceso de automatización y creación de los equivalentes generales tecnológicos". In: Ceceña, Ana Esther (Coord.). *Tecnología como instrumento de poder*. México D.F., El Caballito, p. 25-58.
- (1999) "La tecnología en la construcción de la hegemonía mundial". In Reyno, J. E.; Girón, A.; Martínez, O. (Coord.). *La globalización de la economía mundial: principales dimensiones en el umbral del siglo XXI*. México D.F., IIE/UNAM. p. 103-122.
- (2001-a) "Estratégias de dominação e planos de construção da hegemonia mundial". In Cattani, A. D. (Org.). *Fórum social mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre, UFRGS, p. 126-139.
- (2001-b) *Estados y empresas en la búsqueda de la hegemonía económica mundial*. México D.F., Mimeografado.
- Chesnais, François (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã.
- (1998-a) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã.
- (1998-b) "A fisionomia das crises no capitalismo mundializado". *Novos Estudos-CEBRAP*. São Paulo, n. 52, p. 21-54, nov.
- Dos Santos, Theotônio. (1971) *La crisis norteamericana y América Latina*. Santiago, Prensa Latinoamericana.
- (1972) *Dependencia y cambio social*. Santiago, CESO.
- (1978) *Imperialismo y dependencia*. México D.F., Editorial Era.
- (1983) *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- (1984) *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis, Vozes.
- (1987) *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- (1992) *The future of geopolitical alignments*. Ritsumeikan, Kioto.
- (1995) *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. 4. ed. ampliada. Petrópolis, Vozes.
- (2000) *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Dreifuss, René (1996) *A época das perplexidades: a mundialização, globalização e planetarização*.

- Petrópolis, Vozes.
- (1999) “Tendências da globalização”. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 139, p. 97-172, out./dez.
- Fiori, J. (Org.) (1999) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.
- Fiori, J.; Medeiros, C. (Org.) (2001) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes.
- Fiori, J.; Tavares, M. C. (Org.) (1998) *O poder e o dinheiro: uma economia política da globalização*. 5. ed. Petrópolis, Vozes.
- Frank, A. G. (1990) “A theoretical introduction to 5.000 years of world system history.” *Review*, v. 12, n. 2, p. 155-249.
- (1996) “The underdevelopment of development”. In Chew, S.; Denmark, R. (Ed.). *The underdevelopment of development: essays in honor of Andre Gunder Frank*. London, Sage, p. 17-55.
- (1998) *ReOrient: global economy in Asia age*. California University of California Press.
- Frank, A. G.; Gill, B. (Ed.) (1996) *The world system: five hundred years or five thousand?* London, Routledge.
- Fucuyama, F. (1992) *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Furtado, C. (1999) *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (2000) *O capitalismo global*. 4.ed. São Paulo, Paz e Terra.
- Giddens, Anthony (1999) *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da terceira via*. Rio de Janeiro, Record.
- Grossmann, Henryk. (1979) *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. México D.F., Siglo XXI.
- Habermas, Jürgen (2001) *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo, Littera Mundi.
- Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro, Record.
- Hirst, P.; Thomson, G (1998) *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes.
- Ianni, Octávio (1992) *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (1995) *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (1999-a) “O Estado-nação na época da globalização”. *Econômica* Revista da pós-graduação em economia da UFF. Niterói, ano 1, n. 1, p. 119-122, jun.
- (1999-b) *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Keohane, R. e Nye J. (2000) “Introduction” In Nye, J.; Donahue, J. (Ed.). *Governance in a globalizing world*. Washington, Brookings.
- Kondratiev, Nicolai (1992) *Los ciclos largos de la coyuntura económica*. México D.F., UNAM.
- Kurz, Robert. (1992) *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lenin, V. (1986) *O imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo, Hucitec.
- List, Friederich (1948) *Sistema nacional de economia política*. México D.F., Fondo de Cultura Económica.
- Luxemburgo, Rosa (1976) *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Marini, Ruy Mauro (1973) *Dialéctica de la dependencia*. México D.F., Ediciones Era.
- (1977) *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos, México D.F., n. 12.
- (1979-a) “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In Oswald, Úrsula (Ed.). *Mercado y dependencia*. México D.F., Nueva Imagen, p. 37-55.
- (1979-b) “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 20.
- (1992) *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Brasil Urgente.
- Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In Marini, R. M.;
- Martins, Carlos Eduardo (2000) “Superexplotación del Trabajo y Acumulación de Capital: Reflexiones Teórico- Metodológicas para una Economía Política de la Dependencia”. *Problemas del Desarrollo: Revista Latinoamericana de Economía*, México, nº 123, vol 31, out-diciembre, p. 33-54.
- (2003) *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), maio.
- Marx, Karl. (1977) *Crítica del programa de Gotha*. Moscou, Progreso, 1977.
- (1981) *As formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (1985-a) *O capital: livro 1, o processo de produção*

- do capital*. 10. ed. São Paulo: Difel, 2 v.
- (1983-a) *O capital* livro 2, o processo de circulação do capital. 4. ed. São Paulo, Difel, 3 v.
- (1983-b) *O capital*: livro 3, o processo global de produção capitalista. 4. ed. São Paulo, Difel, 6 v.
- (1985-b) *O capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Moraes.
- (1985-c) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. 2. ed. São Paulo, Difel, 4 v.
- (1987-a) *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse): borrador 1857-1858*, volumen 1. 15. ed. México D.F., Siglo XXI.
- (1987-b) *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse): borrador 1857-1858*, volumen 2. 15. ed. México D.F., Siglo XXI.
- (1987) *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse): borrador 1857-1858*, volumen 3. 15. ed. México D.F., Siglo XXI.
- Marx, Karl; Engels, Friederich. *Sobre o colonialismo*, Cuadernos de Pasado y Presente. 3. ed. México. D.F.
- (1986) *A ideologia alemã*. 5. ed. São Paulo, Hucitec.
- (1989) *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis, Vozes.
- Millán, M. (Coord.). (1996) *La teoría social latinoamericana*: tomo IV, cuestiones contemporáneas. México D.F., UNAM, p. 49-68.
- Nye, J.; Donahue, J. (Ed.) (2000). *Governance in a globalizing world*. Washington, Brookings.
- Nye, Joseph. (2002) *The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press.
- Ohmae, Kenichi. (1996) *O fim do Estado nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro, Campus.
- Reich, Robert. (1993) *O trabalho das nações*. São Paulo, Educator.
- Richta, Radovan. (1971) *La civilización en la encrucijada*. México D.F., Siglo XXI.
- Strange, Susan (1997). *Casino capitalism*. Manchester, Manchester University Press.
- Tavares, Maria da Conceição. (1985) *A retomada da hegemonia norte-americana: um aprofundamento do debate*. Rio de Janeiro, Textos para Discussão nº 84, IEL/UFRJ.
- Tavarez, M.C.; Fiori, J.L (Org.). (1998) *O poder e o dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.
- Wallerstein, I.
- (1979-a) *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1979-b) *El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid, Siglo XXI.
- (1984) *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*. Madrid, Siglo XXI.
- (1996) *Para abrir as ciências sociais*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- (1998-a) *El moderno sistema mundial III: la Segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. Madrid, Siglo XXI.
- (1998-b) Time and duration: the unexcluded middle, or reflections on Braudel and Prigogine. **Thesis Eleven**, n.º 54, p. 79-87, aug.
- (1998-c) Paz, estabilidad y legitimación: 1990-2025/2050. In: Segreña, Francisco López (Org.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas, UNESCO. V. 1, p. 285-310.
- (1999-a) *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. 2.ed. México D.F., Siglo XXI.
- (1999-b) *The end of the world as we known it*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- (1999-c) *Globalization or the age of transition?: a long-term view of the trajectory of the world-system*. Fernand Braudel Center-Binghamton University. Disponível em <<http://fbc.binghamton.edu/commentr.htm>>.
- (2000-a) *The essential Wallerstein*. New York: The New Press.
- (2000-b) *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2001-a) *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto